

BIBLIOGRAFIA

MARK NATHAN COHEN: *The Food Crisis in Prehistory: Overpopulation and the Origins of Agriculture*. New Haven e Londres, Yale University Press, 1978. x, 341 p., bibliografia, índice analítico. Preço: US\$ 6.95

Neste livro inteligente, bem escrito e bem fundamentado, Mark Nathan Cohen, da State University of New York, recoloca em discussão o problema da origem da agricultura. O seu ponto de partida é que nenhuma das teorias já apresentadas explica satisfatoriamente alguns aspectos fundamentais da questão, notadamente o advento e generalização da economia agrícola no curto espaço de tempo compreendido entre 10.000 e 2.000 anos atrás.

Desde a "revolução neolítica", de V. Gordon Childe, houve entre pré-historiadores e antropólogos "uma tendência a conceber a agricultura como um novo nível conceitual dependente primariamente da obtenção de suficiente conhecimento e sofisticação". A agricultura estaria "proporcionando às populações humanas vantagens econômicas tão significativas e óbvias que, uma vez alcançado o grau de conhecimento adequado, a aceitação da nova economia seria axiomática" (p. 3). Nos anos 60, autores como Binford e Flannery refinaram o conceito, colocando-o em termos de *processo* mais que de *evento*, envolvendo "mudanças progressivas na distribuição das populações humanas numa paisagem de microambientes variados" (p. 4), e reintroduzindo a noção de tensão ou desequilíbrio como fator causal. Se isso fez avançar a nossa compreensão do processo, não ficaram satisfatoriamente explicadas as causas do desequilíbrio entre o caçador-recoletor e os seus recursos naturais.

Para o autor, as hipóteses de Binford, Braidwood, Flannery, Sauer e outros dão conta, quando muito, de situações regionais específicas. Para alcançar a necessária generalidade, Cohen sugere reconsiderar o papel do crescimento e da pressão demográfica nas sociedades pré-históricas e inverter a relação de causa e efeito que a maioria dos autores tem admitido haver entre os fatores populacionais e o avanço tecnológico: "Os modelos predominantes das populações humanas como sistemas que buscam e mantêm o equilíbrio deveriam, eu sugiro, ser substituído por modelos que evidenciam o crescimento inerente a esses sistemas" (p. 14).

Essa tese é desenvolvida em seis proposições ao longo e em torno das quais se estrutura o livro:

a) a agricultura é um conjunto de técnicas que permite otimizar o aproveitamento de determinados recursos; muitas delas são conhecidas e praticadas em graus e combinações variáveis por sociedades de "caçadores e recoletores", não havendo

propriamente uma ruptura conceitual entre essas últimas e os grupos agricultores; é a ausência de necessidade e não a ignorância que mantém certos grupos no estágio pré-agrícola;

b) a agricultura não é mais fácil nem mais segura e nem proporciona vantagens nutritivas ou gustativas em relação à caça e à coleta. Sua única vantagem é a de poder sustentar populações mais densas; logo, só será praticada quando a pressão demográfica a exigir.

c) o crescimento das sociedades humanas tornou necessário, ao longo da história, “o constante desenvolvimento de novas estratégias adaptativas e a contínua redefinição do relacionamento ecológico”;

d) as sociedades de caçadores e recoletores utilizam eficientes mecanismos culturais que compensam e neutralizam a pressão demográfica pela redistribuição entre regiões. Isso fez com que o ponto crítico da pressão demográfica e a conseqüente adoção de uma economia agrícola fossem alcançados pela maioria das sociedades humanas com relativa sincronia;

e) o aparecimento de economias predominantes agrícolas nas diversas partes do mundo revela tal paralelismo que obriga a procurar fatores causais comuns a todas as regiões.

f) “o registro do homem paleolítico e mesolítico bem como o do homem pré-agrícola no Novo Mundo, pode razoavelmente ser interpretado como indicando um contínuo crescimento populacional e uma crescente pressão demográfica nos contextos pré-agrícolas, e, em cada caso, a adoção da agricultura parece ser somente uma de longa série de adaptações ecológicas para populações em crescimento” (pp. 15-16).

A discussão conceitual e metodológica em torno dessas proposições ocupa os capítulos 1 e 2 (pp. 1 a 70). O capítulo 3 (pp. 71 a 84) discute os métodos empregados pela Arqueologia para avaliar e quantificar o crescimento e a pressão demográfica a partir dos restos materiais. A parte documental ocupa os capítulos 4 a 6 e consiste numa ampla resenha das evidências sobre a origem da agricultura, no Velho e no Novo Mundo. A distribuição e peso relativo da matéria indicam maior familiaridade do autor com a arqueologia americana. Ao Velho Mundo é dedicado o capítulo 4 (pp. 85 a 156), que trata detidamente da África setentrional e central, da Europa e do Oriente Médio. A documentação asiática é muito pobre. A América do Norte e Central é objeto do capítulo 5 (pp. 157 a 222), com acentuada predominância dos dados relativos aos caçadores e recoletores paleoíndios da América do Norte e a transição de alguns deles para a agricultura. Ao México, apesar de reconhecer “a mais longa história arqueológica da domesticação (*de plantas*) na América do Norte”, o autor dedica umas escassas onze páginas. O capítulo 6 (pp. 223 a 278) trata da América do Sul, onde, apesar das grandes variações regionais na qualidade e quantidade da documentação arqueológica, o autor consegue apresentar um quadro integrado e equilibrado. Os dados relativos ao Brasil (litoral e Amazônia) são adequados e baseados em trabalhos publicados até 1974-75.

O tratamento rigoroso dos dados, a clareza dos conceitos e uma imponente bibliografia de nada menos que 1035 títulos atestam a competência do autor e fazem deste livro, além de uma contribuição original à interpretação dos dados arqueológicos e à teoria antropológica, uma obra de referência extremamente útil. Caberá aos especialistas de cada área avaliar o acerto das interpretações do autor e o grau e em que medida os dados arqueológicos sustentam a tese da pressão demográfica como fator determinante do aparecimento da agricultura. O livro de Cohen poderá ser, e certamente será questionado, mas é uma leitura obrigatória para todos os que se interessam pela história do processo civilizatório e, no fundo, pela natureza humana.

Antonio Porro

*

Fundação Nacional de Arte (FUNARTE). Instituto Nacional de Artes Plásticas. *Museu Paraense Emílio Goeldi*. Rio de Janeiro 1981. 208 páginas, illus. (Coleção Museus Brasileiros, 4).

Para quem se dedica a estudos de cultura material ou de arte indígenas, a iconografia é imprescindível. Para os especialistas das duas áreas a boa fotografia pode tornar-se instrumento fundamental de análises e comparações em vista da impossibilidade de dispor sobre a mesa de trabalho todos os objetos concretos sobre os quais incide sua reflexão. Para essa categoria de pesquisadores, ilustrações fartas de alto nível técnico constituem verdadeiras chaves da felicidade. Livros são textos, e a ilustração em geral ancilar. Daí a dependência daqueles gêneros de publicação em que a imagem é valorizada. Entende-se a corrida por um calendário do tipo editado pela Mercedes-Benz do Brasil para 1982, focalizando a arte plumária do Brasil através de 12 artefatos lindamente reproduzidos a cores e acompanhados de ficha técnica; ou o livro brinde da Olivetti do Brasil em 1978, *Mitopoemas Yanoam* com material fotográfico e desenhos de índios recolhidos por Claudia Andujar. É claro que essas produções da grande empresa não se destinam à pequena comunidade de estudiosos: tanta é a distância entre as duas que apenas o acaso estabelece vez por outra uma comunicação. O que é pena, se lembrarmos das milhares de fotos que os etnólogos trazem do campo, sem esperança de publicar, das centenas de desenhos espontâneos de índios, alegres, coloridos, reveladores, cujo destino é uma ou outra sala de aula, uma pasta, uma gaveta.

É na publicação-imagem que o objeto, para ser fotografado, emerge por instantes dos depósitos de museus ou da sala de visita dos colecionadores particulares oferecendo-se aos olhos de todos. Também a FUNARTE o conseguiu: a revelação do objeto, através da fotografia a cores de 37 peças arqueológicas e 43 artefatos etnográficos do rico acervo do Museu Paraense Emílio Goeldi. Fotos nítidas, belas, que permitem estudos de várias ordens. Menos feliz foi a idéia da reprodução parcial